



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA. -
SICOOB SAROMCREDI**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB Saromcredi, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/06/1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB Saromcredi possui 09 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Cássia - MG, Delfinópolis - MG, Fortaleza de Minas – MG, Medeiros – MG, Passos – MG, Poços de Caldas – MG, Pratinha – MG, São João Batista do Glória - MG, Vargem Bonita - MG.

O SICOOB Saromcredi tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 06/11/2004 ocorreu a transformação do SICOOB Saromcredi para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 14/12/2004.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção



das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC – 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.



e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB Central Cecremge** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).



r) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	1.489.520,84	1.223.350,27
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira	66.922.456,71	26.583.889,86
Total	68.411.977,55	27.807.240,13

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

	Em R\$	
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de Renda Fixa	8.735.237,13	12.528.804,75

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB Central Cecremge**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB Central Cecremge.



6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

	Em R\$	
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	66.922.456,71	26.583.889,86
Total	66.922.456,71	26.583.889,86

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB Central Cecremge** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	717.561,98	0,00	717.561,98	380.045,86
Empréstimos	20.135.648,20	21.233.475,32	41.369.123,52	35.640.384,04
Títulos Descontados	4.843.758,20	0,00	4.843.758,20	5.260.024,93
Financiamentos	8.250.043,16	10.777.339,77	19.027.382,93	23.371.028,73
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.444.378,70	12.574.600,98	52.018.979,68	60.125.447,71
(-) Provisões para Operações de Crédito	4.237.364,97	4.002.505,46	8.281.936,38	5.176.658,26
TOTAL	69.154.025,27	40.582.910,61	109.736.935,88	119.600.273,01

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	171.919,35	0,00	0,00	0,00	171.919,35	0,00	494.708,45	0,00
A	0,5%	Normal	15.544.659,02	165.594,89	7.449.700,72	17.727.605,68	40.887.560,31	204.437,95	48.012.635,45	240.063,18
B	1%	Normal	11.356.253,41	1.238.647,41	5.040.591,70	26.129.006,20	43.764.498,72	437.644,99	52.235.801,88	522.358,02
B	1%	Vencidas	251.668,81	42.890,46	318.849,57	122.159,18	735.568,02	7.355,68	815.529,92	8.155,30
C	3%	Normal	8.331.208,46	940.273,33	5.096.608,09	6.151.152,89	20.519.242,77	615.577,28	15.122.948,76	453.688,46
C	3%	Vencidas	571.159,28	286.061,89	670.229,18	345.872,45	1.873.322,80	56.199,68	1.320.877,18	39.626,32
D	10%	Normal	133.954,23	365.693,55	54.842,22	145.372,21	699.862,21	69.986,22	719.758,71	71.975,87
D	10%	Vencidas	232.050,88	40.539,98	11.774,29	53.372,27	337.737,42	33.773,74	499.708,01	49.970,80
E	30%	Normal	88.634,52	14.439,50	6.017,44	60.605,53	169.696,99	50.909,10	27.146,49	8.144,39
E	30%	Vencidas	146.426,34	4.085,95	34.718,53	37.992,06	223.222,88	66.966,86	1.557.076,12	467.122,84
F	50%	Normal	1.606.037,49	59.454,13	0,00	103.948,24	1.769.439,86	884.719,93	35.846,06	17.923,03
F	50%	Vencidas	93.141,91	8.421,01	37.085,25	0,00	138.648,17	69.324,09	122.778,26	61.389,13
G	70%	Normal	1.479.309,13	11.503,91	184.742,35	123.616,52	1.799.171,91	1.259.420,34	1.770.365,00	1.239.255,50
G	70%	Vencidas	923.536,32	3.815,95	7.286,77	409.895,39	1.344.534,43	941.174,10	149.218,54	104.452,98
H	100%	Normal	1.707.465,64	35.878,49	25.820,86	229.128,43	1.998.293,42	1.998.293,42	1.529.673,55	1.529.673,55
H	100%	Vencidas	1.054.847,67	20.873,23	89.115,96	379.252,63	1.544.089,49	1.544.089,49	362.858,89	362.858,89
Total Normal			40.419.441,25	2.831.485,21	17.858.323,38	50.670.435,70	111.779.685,54	5.520.988,97	119.948.884,35	4.083.082,00
Total Vencidos			3.272.831,21	406.688,47	1.169.059,55	1.348.543,98	6.197.123,21	2.718.883,64	4.828.046,92	1.093.576,26
Total Geral			43.692.272,46	3.238.173,68	19.027.382,93	52.018.979,68	117.976.808,75	8.239.872,87	124.776.931,27	5.176.658,26
Provisões			(5.861.887,29)	(198.027,59)	(550.630,31)	(1.629.327,68)	(8.239.872,87)		(5.176.658,26)	
Total Líquido			37.830.385,17	3.040.146,09	18.476.752,62	50.389.652,00	109.736.935,88		119.600.273,01	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em R\$

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.595.338,86	11.102.114,99	21.233.475,32	38.930.929,17
Títulos Descontados	4.632.311,66	211.446,54	0,00	4.843.758,20
Financiamentos	2.272.564,75	5.977.478,41	10.777.339,77	19.027.382,93
Financiamentos Rurais	4.490.487,91	34.953.890,79	12.574.600,98	52.018.979,68
TOTAL	17.990.703,18	52.244.930,73	44.585.416,07	114.821.049,98

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em R\$

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	701.210,72	10.257.959,55	1.308.195,57	0,00	12.267.365,84	10,40%
Setor Privado - Indústria	95.063,74	1.594.667,48	598.443,27	0,00	2.288.174,49	1,94%
Setor Privado - Serviços	738.791,33	5.440.599,25	388.215,46	0,00	6.567.606,04	5,57%
Pessoa Física	1.702.586,16	40.448.011,08	2.548.903,90	49.662.299,68	94.361.800,82	79,98%
Outros	521,73	134.659,84	0,00	2.356.680,00	2.491.861,57	2,11%
TOTAL	3.238.173,68	57.875.897,20	4.843.758,20	52.018.979,68	117.976.808,76	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em R\$

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5.176.658,26	3.360.446,05
Constituições / Reversões no Período	4.831.334,14	2.152.931,01
Transferência para Prejuízo no Período	(1.768.119,53)	(336.718,80)
Total	8.239.872,87	5.176.658,26

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	Em R\$			
	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	4.704.277,32	3,92%	4.077.424,44	3,26%
10 Maiores Devedores	17.616.080,90	14,68%	16.569.114,69	13,27%
50 Maiores Devedores	39.728.170,12	33,10%	39.288.334,28	31,46%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	586.881,87	315.954,42
Valor das operações transferidas no período	1.768.119,53	336.718,80
Valor das operações recuperadas no período	(91.644,47)	(65.791,35)
Total	2.263.356,93	586.881,87

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e títulos descontados	11.296.138,99	10.013.076,17
Financiamentos	4.142.646,90	4.576.807,53
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.168.708,71	5.782.150,31
Repasse interfinanceiros	0,00	1.024,01
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	214.908,09	98.623,29
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	2.115,77	0,00
Total	21.824.518,46	20.471.681,31

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	82.457,53	108.638,20
Rendas a Receber (a)	828.311,95	368.828,96
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	1.487.990,87	1.138.639,73
Diversos (c)	883.824,09	239.896,48
(-) Provisões para Outros Créditos	-42.065,95	-77.575,08
TOTAL	3.240.518,49	1.778.428,29

(a) Em Rendas à Receber estão registradas Rendas a Receber de Cartões (R\$ 61.973,35), Centralização Financeira (R\$ 744.622,23), TIB – BANCOOB (R\$ 21.444,68) e Comissionamento Poupança Cooperada (R\$ 271,69).



- (b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS Folha (R\$ 325.224,32), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 892.507,58) e Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 270.258,97).
- (c) Refere-se a Adiantamentos e Antecipações Salariais no valor de R\$ 36.048,61, Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta no valor de R\$ 19.969,08, Adiantamentos por Conta de Imobilizações no valor de R\$ 811.016,91, Títulos e Créditos a Receber no valor de R\$ 9.410,19 e Devedores Diversos – País no valor de R\$ 7.379,30.

9. Outros valores e bens

Em R\$

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Valores e Bens		
Bens Não de Uso Próprio (a)	0,00	700.000,00
Despesas Antecipadas (b)	55.037,97	69.469,16
Total	55.037,97	769.469,16

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as Despesas Antecipadas, referentes a prêmios de seguros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB Central Cecremge** e ações do **BANCOOB**.

Movimentação dos investimentos:

Em R\$

Descrição	SICOOB CENTRAL CECREMGE	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2014	2.661.393,32	473.604,44	3.134.997,76
Investimentos	317.845,91	413.899,38	731.745,29
Saldos em 31/12/2015	2.979.239,23	887.503,82	3.866.743,05
Saldos em 31/12/2015	2.979.239,23	887.503,82	3.866.743,05
Investimentos	132.182,34	283.405,14	415.587,48
Saldos em 31/12/2016	3.111.421,57	1.170.908,96	4.282.330,53

11. Imobilizado em uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Em R\$			
Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizações em Curso (a)	-	23.378,40	1.115.503,64
Terrenos	-	1.431.880,20	1.431.880,20
Edificações	4%	4.957.719,83	3.305.343,74
Instalações	10%	301.624,89	152.302,17
Móveis e Equipamentos	10%	1.421.425,85	1.283.363,87
Sistemas de Comunicação	10%	115.663,88	101.160,88
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.108.529,59	863.485,57
Sistemas de Segurança	10%	86.373,28	79.580,78
Veículos	20%	481.019,31	505.729,05
(-) Total Depreciação Acumulada	-	-2.341.484,63	-1.889.265,68
TOTAL	-	7.586.130,60	6.949.084,22

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Até a data-base de **30/11/2016**, registravam-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de **01/12/2016**, foi realizado a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Em R\$		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	399.243,05	353.478,41
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	-317.560,15	-266.253,49
TOTAL	81.682,90	87.224,92

Parte do valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 05 licenças de uso do Sistema de Informática do SICOOB - SISBR, adquiridas em 29/07/2011, 02 licenças adquiridas em 04/04/2013 e 01 licença adquirida em 28/12/2015, da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. - SICOOB Confederação, totalizando o valor de R\$ 28.212,53. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo SICOOB Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.



Os demais valores registrados na rubrica "Intangível" referem-se a softwares para computadores, softwares para servidores, licenças de uso de antivírus e softwares de programas adquiridos pelo SICOOB Saromcredi.

13. Diferido

Até a data-base **30/11/2016**, registravam-se nesta rubrica as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PA's.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de **01/12/2016**, foi realizado a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.534 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Gastos Diferidos	4.900,00	4.900,00
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-4.900,00	-4.900,00

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	31.438.375,96	21.995.230,58
Depósito a Prazo	92.922.214,61	66.978.399,55
TOTAL	124.360.590,57	88.973.630,13

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.



Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	957.332,68	0,78%	687.719,10	0,78%
10 Maiores Depositantes	5.936.768,49	4,81%	5.003.727,80	5,69%
50 Maiores Depositantes	19.837.341,77	16,07%	15.583.090,53	17,72%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a Prazo	8.879.807,34	6.483.014,61
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	154.926,06	127.168,78
Total	9.034.733,40	6.610.183,39

15. Relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento(s)	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
			BANCOOB	Entre 2% a.a. e 9,5% a.a.	
BDMG	1,5% a.a. + TJLP	15/06/2018	-	151.153,59	250.908,19
BNDES	1,5% a.a. + TJLP	15/09/2019	-	2.340.339,73	2.517.098,47
Total	-	-	26.208.712,25	11.604.009,88	45.808.177,82

Resultado das relações Interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Empréstimos no País – Outras Instituições	-	740.356,68
Despesas de Repasse - BNDES	221.097,08	191.200,74
Despesas de Repasse – Outras Instituições Oficiais	18.179,00	23.779,74
Despesas de Repasse – Interfinanceiros - BANCOOB	2.527.861,72	2.354.456,82
Total	2.767.137,80	3.309.793,98

16. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.



Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	358.748,06	-
Concessionários de Serviços Públicos	1.401,92	1.173,88
Total	360.149,98	1.173,88

a) Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

17. Outras Obrigações

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Participações nos Lucros (a)	326.777,70	537.662,79
Resultado de Atos com Associados (b)	118.111,04	383.566,86
Resultado de Atos com Não Associados (b)	274.315,50	300.342,20
Gratificações e Participações a Pagar (c)	60.201,05	0,00
Cotas de Capital a Pagar (d)	194.448,93	130.656,72
TOTAL	973.854,22	1.352.228,57

(a) Refere-se à provisão para possível pagamento de participação nas sobras aos colaboradores da Cooperativa conforme lei nº 10.101/00.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(c) Refere-se à provisão para possível pagamento de gratificações aos dirigentes da Cooperativa.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.



17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	47.163,95	36.835,19
Impostos e Contribuições a Recolher	274.656,11	200.586,78
TOTAL	321.820,06	237.421,97

17.3 Diversas

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos (a)	0,00	142.427,06
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	6.125,77	89.692,47
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	767.171,92	616.012,99
Credores Diversos – País (d)	141.878,41	309.293,59
Provisão Para Passivos Contingentes (e)	1.844.683,97	1.561.762,30
TOTAL	2.759.860,07	2.719.188,41

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição.

(b) Refere-se a salários e vencimentos a pagar.

(c) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (Férias, INSS sobre férias, FGTS sobre férias, PIS sobre férias) e outros (provisão para pagamento de vale alimentação) no valor total de R\$ 627.509,42; e provisão para pagamento de outras despesas administrativas (Água, comunicações, compensação, seguro prestamista e provisão de despesas com cartões) no valor total de R\$ 139.662,50.

(d) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 55,51), diferença de caixa (R\$ 4.343,69), pagamentos a processar (R\$ 1.580,00), pendências a regularizar BANCOOB (R\$ 4.066,80), cooperativa central (R\$ 17.257,35), cheques descontados depositados (R\$ 114.532,44) e pagamentos a processar Cartão Cabal (R\$ 42,62).

(e) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	369.483,62	325.224,32	301.242,67	262.428,39
COFINS (a)	892.507,58	892.507,58	848.028,28	848.028,28
Trabalhistas	242.075,91	270.258,97	50.000,00	28.183,06
Provisão para Garantias Prestadas (b)	340.616,86	-	362.491,35	-
Total	1.844.683,97	1.487.990,87	1.561.762,30	1.138.639,73

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Em R\$

Descrição	PIS / COFINS	Trabalhistas	Provisão para Garantias Prestadas	Total
Saldo em 31/12/2014	900.341,90	0,00	0,00	900.341,90
Provisões feitas no período	98.148,19	65.000,00	1.431.658,31	1.594.806,50
Provisões utilizadas no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de saldos de incorporação	150.780,86	0,00	0,00	150.780,86
Reversões das provisões	0,00	(15.000,00)	(1.069.166,96)	(1.084.166,96)
Saldo em 31/12/2015	1.149.270,95	50.000,00	362.491,35	1.561.762,30
Saldo em 31/12/2015	1.149.270,95	50.000,00	362.491,35	1.561.762,30
Provisões feitas durante o exercício	112.720,25	192.075,91	4.037.472,99	4.342.269,15
Provisões utilizadas durante o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões das provisões	0,00	0,00	(4.059.347,48)	(4.059.347,48)
Saldo em 31/12/2016	1.261.991,20	242.075,91	340.616,86	1.844.683,97

- (a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.
- (b) Provisão para Garantias Prestadas – referem-se as operações em que a Cooperativa figura como avalista/fiadora dos associados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras e privadas.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB Saromcredi** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	17.116.544,61	15.211.047,46
Associados	20.629	18.357

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$ 1.348.851,49, sendo que deste valor foram incorporados ao capital a quantia de R\$ 1.346.779,51 e destinado a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 2.071,98, com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2015**.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:



Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	1.061.722,48	2.805.845,39
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(274.315,50)	(299.550,62)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	787.406,98	2.506.294,77
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 60%	(472.444,18)	(1.503.776,86)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(118.111,04)	(375.944,22)
Reversões de Reserva	-	722.277,80
Sobra à disposição da Assembleia Geral	196.851,76	1.348.851,49

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades; e

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

20. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	783.145,76	583.795,65
Despesas específicas de atos não cooperativos	(97.443,38)	(84.053,44)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(303.885,81)	(238.916,83)
Resultado operacional	381.816,57	260.825,38
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	49.697,85	203.418,15
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	431.514,42	464.243,53
Imposto de Renda e Contribuição Social	(157.198,92)	(164.692,91)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	274.315,50	299.550,62

21. Outros ingressos / rendas operacionais

Descrição	Em R\$	
	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	141.907,68	106.047,96
Dividendos	113.663,01	109.328,98
Outras rendas operacionais	1.749.470,35	1.417.226,41
Reversão de provisão para garantias prestadas	30.479,14	121.337,95
TOTAL	2.035.520,18	1.753.941,30

22. **Outros dispêndios / despesas operacionais**

Em R\$

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Perdas – Demandas trabalhistas	17.400,00	0,00
Perdas – Falhas em sistemas de TI	2.500,00	20,00
Perdas – Falhas de gerenciamento	1.880,64	89.238,77
Perdas – Fraudes externas	13.694,47	0,00
Descontos Concedidos – Operações de Crédito	172.334,09	476.364,54
Correspondente Bancário	0,00	175,41
Multa e Juros Diversos	1.132,14	17.769,69
Tarifas Consultas / Saques Cirrus Cabal	534,10	464,00
Passivos Trabalhistas	192.075,91	50.000,00
Cancelamento – Tarifas Pendentes	9.348,28	4.756,81
Mensagens SMS - Cartões	621,72	216,26
Tarifa Recebimento Convênio – Tributos Federais	4.404,67	2.284,48
Tarifa Recebimento Convênio – Tributos Estaduais	14.245,22	26.463,98
Tarifa Recebimento Convênio – Arrecadação FGTS	0,00	71,37
Tarifa Recebimento Convênio – Energia elétrica / gás	1.962,26	0,00
Tarifa Recebimento Convênio - Saneamento	72,90	0,00
Tarifa Recebimento Convênio - Telecomunicações	739,78	0,00
Tarifa Recebimento Convênio - DPVAT	68,35	0,00
Tarifa Recebimento Convênio – Carnês / assemelhados	37,90	0,00
Tarifa Recebimento Convênio - Seguros	556,64	0,00
Descontos concedidos – Oper. Créd. – Crédito pessoal	735,75	258,84
Descontos concedidos – Oper. Créd. – PROGER equaliz.	63,97	0,00
Outras Despesas Operacionais	75.221,45	66.511,79
Estorno juros mora – Oper. Crédito – RPL	794,91	5.255,16



Estorno juros mora – Oper. Crédito – Rec. repassados	35,40	0,00
Tarifa Recebimento Convênio – Multas de Trânsito	549,93	652,29
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	3.724,09	10.266,72
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	1.716,95	5.320,79
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	192.987,67	0,00
Outras contrib. Diversas (Outras despesas operac.)	222,26	0,00
PIS Judicial	34.446,61	29.431,91
Provisão para garantias prestadas	43.599,79	483.829,30
Despesas de recursos PROAGRO	35,23	0,00
TOTAL	787.743,08	1.269.352,11

23. Resultado não operacional

Descrição	Em R\$	
	2016	2015
Lucro em Transações com Valores de Bens	25.977,07	205.428,26
Outras Receitas Não Operacionais	78.895,08	20.624,46
Outras Despesas Não Operacionais	-29.197,23	-22.634,57
Resultado Líquido	75.674,92	203.418,15

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.



Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Em R\$

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
4.076.518,15	3,09%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
689.782,40	0,61%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

Em R\$

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL POR MODALIDADE
Cheque Especial	5.952,49	59,53	0,44
Crédito Rural	1.801.493,09	11.310,92	3,46
Empréstimo	2.725.958,51	24.979,81	4,70
Títulos Descontados	13.460,75	67,31	0,28

Em R\$

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
228.337,30	0,25	95% do CDI (a.m.)

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, adiantamento à depositante, cheque especial, conta garantida, títulos descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Adiantamento à Depositante	15% a.m.	15% a.m.
Cheque Especial	5,99% a.m.	5,99% a.m.
Conta Garantida	2,89% a.m. a 5,99% a.m.	2,89% a.m. a 5,99% a.m.
Títulos Descontados	1,79% a.m. a 2,20% a.m.	1,79% a.m. a 2,20% a.m.
Empréstimos	0,50% a.m. a 2,89% a.m.	0,50% a.m. a 2,89% a.m.
Crédito Rural – RPL	1,50% a.m. a 1,90% a.m.	1,50% a.m. a 1,90% a.m.
Crédito Rural – Repasses	2% a.a. a 9,50% a.a.	2% a.a. a 9,50% a.a.
Aplicação Financeira – Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	92% a 98% do CDI (a.m.)	92% a 98% do CDI (a.m.)



As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, penhores, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	Avais
Conta Garantida	Avais, garantias hipotecárias
Crédito Rural	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Empréstimo	Avais, alienação fiduciária, garantias hipotecárias
Títulos Descontados	Avais, caução

As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Em R\$

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Pessoa Jurídica	683.909,06

As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Em R\$

SALDO DAS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS EM 31/12/2016	
Pessoa Física	149.680,45
Pessoa Jurídica	5.506,01

No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, ajuda de custo, gratificações, plano de saúde e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Em R\$

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Ajuda de Custo	58.039,38
Gratificações	80.836,49
Honorários / Cédulas de Presença	1.026.803,37
INSS	176.761,99
Plano de Saúde	3.840,12
Previdência Privada	8.406,90

No decorrer do exercício as partes relacionadas adquiriram bens patrimoniais da Cooperativa no montante de R\$ 44.000,00.

25. Cooperativa Central

O **SICOOB Saromcredi** em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.



O **SICOOB Central Cecremge** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB Central Cecremge** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O **SICOOB Saromcredi** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB Central Cecremge** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB Central Cecremge**:

Descrição	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 6)	66.922.456,71	26.583.889,86
Ativo Permanente - Investimentos (Nota 10)	3.111.421,57	2.979.239,23

As demonstrações contábeis do **SICOOB Central Cecremge**, em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

26. Gerenciamento de Risco e de Capital

Risco operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).



f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Risco de mercado e de liquidez

a) O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do **SICOOB Saromcredi** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o **SICOOB Saromcredi** aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB Saromcredi** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB Saromcredi** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, o **SICOOB Saromcredi** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB Saromcredi** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB Saromcredi** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/11.



b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/11, o **SICOOB Saromcredi** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 21.136.782,89 (31/12/2015 - R\$ 22.225.386,53), referentes a aval/fiança prestados em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras e empresas privadas.

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

30. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.



As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2016 totalizaram R\$ 37.106,05.

São Roque de Minas - MG, 30 de janeiro de 2017.

João Carlos Leite
Presidente

Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro

Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios

Honero Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador

Roque Batista de Melo
Contador – CRC/MG 090998/0-9